

Disputa de “verdades” a partir da proposta de uma Reserva Extrativista e de um processo de licenciamento de carcinicultura no Extremo Sul da Bahia.¹

Omar Souza Nicolau²

Resumo: Este trabalho apresenta as questões ambientais que se revelaram em Caravelas no Extremo Sul da Bahia, por ocasião de um ordenamento territorial para um complexo estuarino. Há duas propostas em disputa no município: a de uma Reserva Extrativista - RESEX; e outra, um mega-projeto de carcinicultura. A área de ambos os empreendimentos se sobrepõem inviabilizando a realização concomitante dos dois projetos. Neste cenário, diferentes agentes locais envidaram esforços para a mobilização da comunidade para adesão de uma ou outra proposta. Este trabalho avalia o esforço dos agentes nesse processo, que culmina numa disputa pelas “verdades” dos lados que se opunham. Estes diferentes agentes, que incluem desde o poder público municipal, ONGs de cunho ambientalista, Ibama (hoje Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), pescadores e até comerciantes locais, se dispuseram a contribuir na mobilização comunitária que se edificou e se compôs em oposição: a cada ação direcionada, impunha uma atuação em resposta do outro grupo polarizado, constituindo uma dinâmica complexa de ações reativas.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, Carcinicultura, Ambientalismo.

Introdução

O presente trabalho pretende apresentar dois empreendimentos para uma área de manguezal que se encontram em trâmite no Extremo Sul da Bahia. Uma Reserva Extrativista e uma grande fazenda de camarão estão sendo discutidas entre os municípios de Nova Viçosa e Caravelas. Ambos projetos necessitam da adesão de segmentos da comunidade para existirem, e o processo de licenciamento da carcinicultura encontrou facilidades institucionais e burocráticas locais e regionais em momentos específicos. A proposta da fazenda de camarão teve apoio do Estado da Bahia e da municipalidade nos primeiros momentos de sua “existência”. De outro lado, crê-se que o processo de constituição e implementação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, uma RESEX, não pode prescindir da

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ

participação comunitária, principalmente dos diretamente envolvidos: os chamados “beneficiários”. Uma campanha de informação e contra-informação foi realizada nos municípios de Caravelas e Nova Viçosa entre os anos de 2002 até os dias de hoje, buscando a interlocução com a comunidade e a conseqüente adesão a uma ou outra proposta. Esse jogo discursivo alcançou diversos segmentos de abrangência cada vez maior. O que no início dos processos envolvia uns poucos agentes locais e circunvizinhos, no ano de 2008 a contenda avança para a conquista de espaços informacionais mais amplos. É inscrito nesse jogo que o presente trabalho está inserido.

Em 10 de novembro de 2005, em Caravelas no Extremo Sul da Bahia, o Centro de Recursos Ambientais - CRA/BA – realizou uma Audiência Pública como parte do processo de licenciamento do empreendimento de carcinicultura da Coopex – Cooperativa de criadores de camarão do Extremo Sul da Bahia. Antes porém um certo número de pessoas entre estudantes, professores, membros e colaboradores das ONGs atuantes na área, grupos de jovens, movimento cultural e voluntários se dispuseram a desconstruir o discurso dos “empreendedores” e seus prepostos que se baseavam na oferta de empregos e na sustentabilidade ambiental do empreendimento. Diversas estratégias foram delineadas para de um modo ou outro envolver a comunidade caravelense na questão da carcinicultura e conseguir apoio para a oposição ao empreendimento.

Entre os municípios de Caravelas e Nova Viçosa, ocorre o principal complexo estuarino do Banco dos Abrolhos, *Área Prioritária* para conservação da biodiversidade marinha e costeira do Brasil, segundo o Ministério do Meio Ambiente. Esse complexo estuarino, com aproximadamente 11.000 ha de manguezais, restingas e ecossistemas associados, encontra-se ainda hoje relativamente bem conservado e abriga uma população residente nas ilhas e sítios espalhados pelos diversos rios que, há gerações, sobrevive dos recursos naturais marinhos e estuarinos.

O manejo dos recursos naturais por parte dessa população a caracteriza, segundo Diegues³, como uma *cultura tradicional* que se relaciona com a natureza e entre si segundo certas formas que alcançam uma dimensão histórica. A pesca e a mariscagem praticadas nos moldes de uma pequena produção mercantil constitui a base da produção e da organização social dessas famílias. Os ribeirinhos, de modo geral, praticam a pesca e a pequena lavoura, cujos produtos eventualmente são comercializados nas feiras livres que ocorrem semanalmente nos municípios de Nova Viçosa e Caravelas. Poucos são os que dispõem de

³ DIEGUES (2000), A. C. *O Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.

equipamentos mecanizados, sendo mais comum encontrarmos bateiras e canoas a remo para a pesca e mariscagem; e os instrumentos rudimentares para a atividade agrícola. Assim, as aproximadamente 300 famílias distribuídas de modo esparsas pelas margens dos rios, estão secularmente sob a influência de tensões de diferentes naturezas. O manguezal que lhes impõe um ritmo de vida consoante às variações de maré, aos ciclos dos bichos; sua produção em termos de seu valor de troca (produtos comercializados na feira livre) e valor de uso (o esteio proveniente das árvores para a construção de casas pelos próprios ribeirinhos, a manufatura dos remos, a lenha para o fogão); sua relação com o poder local e com as instituições ambientalistas, e finalmente, a dinâmica das relações intra e interfamiliares. Esta gama de registros que relacionam os ribeirinhos com o mundo ao seu redor os caracterizam como *população tradicional*, cujo modo de vida defende-se que deve ser preservado pela sua importância cultural, social e econômica.

Breve contexto da carcinicultura no nordeste brasileiro

A carcinicultura, atividade em franco crescimento principalmente no Nordeste do país, vinha sendo fomentada pelo Programa de Desenvolvimento da Aqüicultura e da Pesca, da Bahia Pesca S/A, empresa ligada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia. A carcinicultura no Nordeste é responsável por 96,5% da produção brasileira de camarão em cativeiro e a Bahia é o terceiro produtor com 13,15%.⁴ Esta atividade, altamente poluidora, tem gerado polêmica entre os diversos setores da sociedade.

A produção de camarões em cativeiro foi responsável, desde meados da década de 1990, por um aumento de 83,5% na produção nacional de camarão, passando o Brasil para o 8º produtor mundial.⁵ A carcinicultura vem sendo propalada por autoridades e instituições diversas como uma atividade econômica que gera significativas divisas ao país. Não obstante, os impactos sócio-ambientais do agronegócio do camarão em cativeiro estão sendo encobertos nos discursos dos produtores e fomentadores da atividade. Diversos estudos vêm sendo realizados no tocante aos impactos da carcinicultura no Brasil e no mundo. Segundo Meirelles⁶ “O Relatório do Deputado Federal João Alfredo (relator do GT-Carcinicultura) para a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal,

⁴ Dados da ABCC (Associação Brasileira de Produtores de Camarão).

Disponível em : <http://www.abccam.com.br/images/cent-08.jpg>

Acesso: 15/12/2005

⁵ BATISTA, P.I. e TUPINAMBÁ, S.V (2004) A carcinicultura no Brasil: O agronegócio do camarão. Cadernos sobre Comércio e Meio Ambiente no.3 – Frango com Camarão: receitas do agronegócio para um Brasil insustentável. Rio de Janeiro:FASE, pp 63-82.

⁶ MEIRELLES, J. Carcinicultura: desastre sócio-ambiental no ecossistema manguezal do nordeste brasileiro. s/d, mimeo.

caracterizou danos sócio-ambientais de elevada magnitude no ecossistema manguezal do nordeste brasileiro”⁷ Em recente estudo, Mello conclui, entre outras, que ⁸

1) Os empreendimentos de carcinicultura são amplamente financiados com recursos públicos, geralmente oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e do Banco do Nordeste;

2) As empresas geram mais *desemprego* que os empregos propalados, na medida em que afetam os recursos dos manguezais, base da produção pesqueira no Brasil;

3) “Os segmentos de menor renda, os grupos raciais discriminados e as populações indígenas estão mais expostos aos danos gerados por atividades poluidoras que adentram - de forma marcadamente violenta - seus espaços de vida, moradia e trabalho”. (MELLO, 2007. p.7)

Estas e outras evidências puseram o movimento ambientalista em oposição à proposta da Coopex.

Além do enorme volume de água doce disponível e a facilidade geográfica proporcionada pelo desenho hidrográfico do estuário, a fazenda da Coopex também conta com acesso terrestre via BR-418 – que se encontra em fase de asfaltamento, além da proximidade com o aeroporto de Caravelas. O polígono da RESEX se sobrepõe à área da carcinicultura. Assim, o que impediria definitivamente a instalação do empreendimento da Coopex seria a decretação da Unidade de Conservação antes que todo o processo de licenciamento da carcinicultura haja sido concluído.

Segundo os ambientalistas⁹ os impactos sócio-ambientais estão sendo camuflados pelo argumento que a carcinicultura irá gerar no município cerca de 3000 vagas para os trabalhadores de um município que, dentre as suas maiores carências, está a falta de acesso dos jovens ao mundo do trabalho.

Aparentemente estas questões se polarizaram: de um lado a Prefeitura Municipal seu secretariado e funcionários, a Câmara dos Vereadores, Colônia de Pescadores, instituições como o Rotary, a Loja Maçônica, comerciantes, associações de moradores e de classe; de outro as ONGs ambientalistas, os dois Ibama (hoje Instituto Chico Mendes da Biodiversidade) – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - CEPENE e Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, outras associações, um movimento cultural, alguns marisqueiros e

⁷MEIRELLES, Jeovah. *Carcinicultura: desastre sócio-ambiental no ecossistema manguezal do nordeste brasileiro*. s/d, mimeo.

⁸ MELLO, C. (2007) Mapeamento dos Conflitos Sócio-Ambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia/FASE, Nº 1—novembro/dezembro, pp 1- 8.

⁹ *Parecer Independente e questionamentos sobre o EIA_RIMA do projeto de Carcinicultura da Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (COOPEX), Caravelas, 2005.* mimeo.

pescadores e outros cidadãos. Alguns segmentos, como o turismo não se dispuseram a se manifestar. Outros foram mais incisivos na disputa das “verdades” que se estabeleceu desde a preparação para a instalação da carcinicultura até o processo de mobilização para a criação de uma Unidade de Conservação de Uso sustentado – a RESEX do Cassurubá. Estas duas “verdades” acabaram por se tornar excludentes, já que a realização concomitante dos dois empreendimentos se mostrava improvável.

Entretanto, a comunidade caravelense, quando muito, assistia ao embate dos dois principais grupos de agentes. Para os pescadores e ribeirinhos, a questão era apenas “uma briga entre ambientalistas e prefeitura”.

Materiais e Métodos

Pretendêramos observar os caminhos percorridos, dentro e fora do manguezal, do processo de mobilização comunitária a partir uma visão construída, tendo com o auxílio o debate nos diversos fóruns de discussão que foram travados com os diferentes agentes envolvidos. Também foram realizadas entrevistas de roteiro semi-estruturado com os diversos atores engajados na disputa, assim como com pescadores e ribeirinhos de Caravelas.

Diferentes histórias e a construção das redes de relação.

Para se pensar como essa história pode ser descrita e o modo como as diversas instituições construíram suas redes de relações inclusive em oposição, utilizaremos o suporte de Cornelius Castoriadis¹⁰. O autor aponta as impossibilidades de se pensar a sociedade e a história dissociadamente. As tradições que procuraram entender a sociedade e a história como disciplinas estanques, equivocam-se por inúmeras razões. Ou autor concentra sua crítica principalmente no funcionalismo – que pertence a um grupo de abordagem do tipo fisicalista; e no estruturalismo, que se agrega nas correntes do tipo logicista. Para o autor, o social-histórico deve ser questionado a partir dele mesmo e assim ele não pode ser inserido nas categorias tradicionais. Para Castoriadis os elementos constantes no universo social-histórico, mesmo que muitas vezes materiais e concretos carregam uma significação simbólica que não pode ser verificada sem esse entrelaçamento. As instituições se constituem e constroem redes entre si a partir do simbólico – apesar de não se poderem reduzir a ele. O símbolo não tem fronteiras como prescrevia a tese funcionalista, que queria lhe atribuir um “revestimento neutro, como instrumento perfeitamente adequado à expressão de um conteúdo preexistente,

¹⁰ CASTORIADIS, C. (2000) “Imaginário Social e a Instituição” **In:** *A instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo, Paz e Terra pp.201-257

da ‘verdadeira substância’ (CASTORIADIS, 2000 p.142-143) Assim o autor vê a rede de significados e símbolos num sentido mais amplo para que possamos compreender o processo de alienação das sociedades em relação às suas instituições. A vida social é material e concreta, contudo são os efeitos do imaginário social e sua gama de símbolos que se encontram contidos nas instituições que apresentam o que fundamentalmente constituem as sociedades. O autor dá bastante importância a estes aspectos simbólicos e assim procura combater a visão funcionalista do simbólico reduzido a um mero aspecto funcional, uma série articulada de elementos que visam tão somente às satisfações das necessidades de uma sociedade. Há uma miríade de outros elementos que acompanham a rede simbólica que jamais podem ser isolados ou separados.

Reconhecer a importância desse simbólico viabiliza uma interpretação mais próxima da veracidade dos eventos a que me refiro nesse trabalho. Todavia, o “discurso é tomado pelo simbolismo”. O nosso discurso, o discurso dos agentes em conflito e as demais significações desse universo simbólico que vai desde a própria linguagem que comunicamos; os elementos dispostos ao alcance dos agentes; a imagem que a comunidade caravelense faz e refaz de si mesma; as oposições, a origem, o funcionamento das organizações, enfim, tudo o que por ventura possa aqui estar descrito, apesar de constituir uma materialidade concreta, percebida, é uma combinação de significados, ou, nos termos do autor, significações imaginárias sociais. Não se confundem porém com representações, pois tratam-se de outra coisa, têm outra natureza e substância.

Com o aporte do autor, percebemos o quanto que os diferentes discursos, sempre conectados a uma lógica racional e tendo sempre como receptor da mensagem a comunidade ribeirinha e pescadora, foram interpretados de uma maneira outra a que se propunham os emissores das mensagens. O claro ceticismo dos pescadores e ribeirinhos em relação ao que era dito pelos diferentes atores conforma uma visão de mundo particular que não pôde ser manipulada pelo discurso “racional” em disputa. As “verdades” estavam carregadas de elementos simbólicos que provavelmente não tenham alcançado o principal “alvo” das mensagens: ribeirinhos e pescadores. Há, no entanto um grupo de pescadores que ora se organizam em associação que entenderam que sua organização pode influenciar a trajetória do conflito. Esse grupo começa a militar em favor da idéia da RESEX do Cassurubá a partir da militância de duas lideranças da RESEX Marinha do Corumbau, criada há sete anos entre os municípios de Prado e Porto Seguro, que se dispuseram a realizar o trabalho de informação e mobilização dos pescadores em Caravelas e Nova Viçosa.

Iniciava-se então uma grande mobilização contra o projeto de carcinicultura que, além de informativa, também tinha um caráter de politização da população. O movimento manteve-

se intenso até a sua dispersão por conta de uma delonga na definição da contenda. O grupo político que apoiava a carcinicultura no âmbito do estado e que acumulava três mandatos consecutivos, sofre uma derrota nas últimas eleições. Nesse contexto, a outorga dos recursos hídricos para a Coopex foi suspensa nos primeiros dias do novo governo. Mesmo assim a RESEX ainda não fora criada, o que para os ambientalistas seria o tiro de misericórdia da proposta de carcinicultura. Diversos acontecimentos influenciaram a crença na vitória e na derrota iminente de ambos os projetos. Em de 16 de maio de 2006 uma Zona de Amortecimento do Parque Marinho dos Abrolhos é definida, envolvendo uma grande área de mar, extensa até a plataforma continental. Com este instrumento, a Coopex deveria submeter seu projeto à anuência do Ibama: a gestão do Parque Marinho dos Abrolhos e à gerência regional do órgão. Acreditava-se que assim o empreendimento não pudesse se instalar. Por conta de uma ação jurídica impetrada pelo grupo de “empreendedores”, em junho de 2007 a Justiça Federal anula a Zona de Amortecimento de Abrolhos. Isso se explica, em parte, pelo ambiente dinâmico e urgente que o contexto se apresentou e assim, todas as significações em jogo não foram percebidas e articuladas por muitos dos que se dispunham na contenda.

“Se vocês não querem o camarão, o que é que vocês vão trazer pra comunidade?”

Os “ambientalistas” acabaram por se endividar com a comunidade. Nenhuma das instituições locais pode oferecer “empregos” ou outra alternativa de renda à comunidade, a não ser potualmente na contratação de marinheiros, embarcações e outras atividades. No entanto, o fato de se estabelecerem em parcerias mais consistentes, ofereceu uma possibilidade de se pensar estas questões. Assim, a aglutinação das instituições ambientalistas se deu não apenas em oposição à carcinicultura, mas com o desafio de dar uma resposta eficaz para superar as condições de vida da comunidade pesqueira e marisqueira. Isto pode ser lido como um amadurecimento do movimento ambientalista local, definindo novos objetivos e metas e atentando para outras dimensões ainda não exploradas, tais como o modelo de produção, as diferentes heranças culturais da comunidade, os laços relacionais de famílias e indivíduos, as transformações sociais porque passaram a região a partir da agregação de um ou outro elemento exógeno. Contudo, o deslocamento dessa questão que prescreve uma nova aproximação das instituições ambientalistas com a comunidade, não parece ter se mantido.

A oposição: nativos *versus* “de fora”

Um elemento que tensiona a apropriação e incorporação dos discursos diz respeito a um mecanismo interno de controle social. Este é utilizado sempre que as mensagens de ambos os grupos em contenda carregam significações que não podem ser percebidas, nem introjetadas no senso comum. A oposição de origem pessoal “*nativos*” *versus* “de fora” é usada como diferenciação, mas a identidade é sempre fugidia e se comporta de acordo com as circunstâncias.

Desde a criação do Parque Marinho dos Abrolhos, a cidade vem recebendo muitos “forasteiros”, estudantes, pesquisadores, prestadores de serviço. Estes, por sua vez, trazem novos valores (geralmente das grandes cidades), que revelam um padrão de consumo mais elevado, seus gostos, gestos, modos de vida e registros sociais diferentes. Muitos caravelenses sentem-se invadidos e diminuídos frente a estes indivíduos, muito mais por uma dificuldade de acesso ao mundo do trabalho, do que efetivamente uma discordância essencial do que produzem em termos sociais, econômicos e culturais, estes “forasteiros”. Apesar de haver contradições entre a conservação da natureza aplicada por estes agentes e a incorporação de novos elementos produtivos que poderiam viabilizar uma ascensão de segmentos da comunidade em termos econômicos.

Corolário desta premissa, os ditos “ambientalistas” normalmente têm seus empregos garantidos (como no caso dos servidores estatutários do Instituto Chico Mendes) e sua militância, muitas vezes, afugenta empreendimentos potencialmente poluidores, mas que, em tese, ofereceriam oportunidades de trabalho para a ociosa juventude local. Assim, muitas das ações e conseqüências daqueles agentes, são vistas pelos munícipes como irresponsáveis frente às carências da comunidade. O contexto torna-se ainda mais grave a partir das contrapartidas de compensação ambiental e patrocínios das empresas criticadas e cerceadas pelos “ambientalistas”, principalmente durante as etapas de licenciamento para implantação. Dessa forma, há uma aversão, de certo modo compreensível, às pessoas em particular e às atividades dos “ambientalistas”.

O que diz que um ou outro é “forasteiro” depende de uma série de comportamentos e valores e outras imputações, já que boa parte dos “dignitários” de Caravelas (políticos, comerciantes, proprietários das operadores de turismo, funcionários e colaboradores das ONGs) são de fora. Significa que esta oposição é bastante fluída e é só provocada e proferida quando há algum interesse em jogo. Os “de fora” são os intrusos; a pecha é negativa. Perceber este desencontro é introjetar às vezes um sentimento de ódio, às vezes uma posição reativa de qualquer ação por parte dos ditos “ambientalistas”. Alguns caravelenses se sentem inferiorizados perante a vida diferente que levam aquelas pessoas.

Em um depoimento de um dos chamados “ambientalistas”, a questão “nativos” *versus* “de fora” se revela.

Na verdade não tem um critério do que é “de fora”, o critério é o interesse. Se a gente pegar o exemplo esta história da Coopex, as pessoas que estão propondo o empreendimento são todas de fora. Todavia são chamados “de fora” hoje as pessoas que são contra o empreendimento, que neste caso somos nós. (...) De fora é todo aquele, ou naturalmente seriam todos aqueles que não vão gerar para mim nenhum recurso imediato.(...) Então não existe na verdade um critério pra dizer quem que é de fora. Existe sim, uma relação de interesse onde, se você ferir meu interesse a melhor forma de dizer que você não está me agradando é te chamar de “de fora”.

Por fim, há uma dificuldade aparente por parte dos cidadãos em entender a missão das instituições ambientalistas locais. Algo tem mudado a este respeito desde a introdução das metodologias de Educação Ambiental proposta por algumas destas instituições. Mesmo assim, a comunidade ribeirinha e a caravelense, de forma geral, confunde analistas ambientais do Estado com agentes ambientais, funcionários, colaboradores e pesquisadores das ONGs. Por compartilhar os mesmos registros sociais citados anteriormente (*background* ocupacional, formação acadêmica, valores metropolitanos etc) é compreensível que a comunidade caravelense se arvore a prejudicar negativamente estas pessoas e instituições de cunho e militância ambientalista.¹¹

As famílias ribeirinhas e a fusão campo-cidade no Bairro Novo

As famílias ribeirinhas são geralmente bastante numerosas e não são poucos os relatos de mortalidade infantil. Muitos dos filhos dos chefes de família desterram em direção a centros urbanos em busca de um trabalho diferente do da lida na roça e na mariscagem. Também aqui, vemos o traço da valorização dos empregos citadinos em oposição às lides do campo. A roça é o lugar do “fraco”, daquele que se encontra “ilhado”. Esses “filhos da roça” terminam por se estabelecer nos centros urbanos de Caravelas, Nova Viçosa e municípios vizinhos, não lhes importando mais o valor de uso da terra, mas seu desatualizado valor de troca. Para eles, então, a criação da RESEX lhes traria a impossibilidade de alienar a terra quando da morte de seus pais. Seu vínculo simbólico com o manguezal pode se ter perdido

¹¹ O termo ambientalista é entendido por muitos cidadãos caravelenses pejorativamente e relacionado a agentes e instituições que, segundo uma visão generalizada afirmada por alguns munícipes, justificam essa noção negativa a partir dos benefícios arrendados por algumas destas instituições. A compensação ambiental do Terminal de Barcaças da Aracruz Celulose, distribuída em recursos para algumas instituições, corroboram com esta nomenclatura, o que nos parece razoável, tendo em vista os drásticos impactos sócio-ambientais que a monocultura do eucalipto produz na região.

neste tênue liame do mundo rural e urbano. Com o estímulo inconsequente da municipalidade à ocupação do Bairro Novo (região de manguezais e apicuns) em Caravelas há alguns anos, muitas famílias construíram sua casa na cidade, neste bairro sem esgotamento sanitário e carente de outros serviços e equipamentos urbanos.

O Bairro Novo parece um gueto dos degredados da roça, que mantém ainda um forte vínculo com seus sítios de origem, e os moradores passam muitos dias da semana na coleta dos mariscos ou no roçado. Essa relação, que carece de uma análise mais profunda, foi negligenciada pelo movimento ambientalista local. Ela é fundamental para entendermos como a reação dos opositores da Resex teve relativo sucesso entre os moradores deste bairro, refletindo-se na área rural em disputa. Apesar do movimento ambientalista ter levantado um número considerável de sitiantes manifestadamente em apoio à RESEX, a hesitação por parte destes ainda permanece, já que subsistem diferentes maneiras de se enxergar, conceituar e praticar a “conservação”.

Os agentes de ambos os lados concordam que os dois processos (RESEX e Coopex) se sobreponham no tempo e no espaço. Contudo, os “ambientalistas” advogam que a idéia de Unidade de Conservação é anterior e já havia sido discutida em vários momentos com a comunidade ribeirinha. O debate sobre a carcinicultura, porém, é iniciado bem antes da proposta vir à tona, mas somente com a revelação do “perigo” concreto de instalação dos viveiros de camarão é que houve uma articulação efetiva dos órgãos ambientalistas locais e regionais para a mobilização comunitária. De fato, assim como as ações da política local podem ser vistas pela comunidade apenas quando os interesses daquela se manifestam, isto é, somente na época da “política” (campanha eleitoral) é que os “políticos aparecem”, assim também uma parte da comunidade interpreta as ações dos “ambientalistas”. O exemplo que tem se tornado clássico nos depoimentos é o do processo de licenciamento do Terminal de Barcaças “Luciano Villas Boas” da Aracruz Celulose em Ponta de Areia, distrito de Caravelas. Na época, alguns dos agentes do movimento ambientalista tentavam envolver a comunidade alertando para os perigos ambientais que a construção do porto poderia produzir no município. Alguns membros da comunidade apóiam então os “ambientalistas”. Pouco tempo depois o Centro de Visitantes do Parque Nacional Marinho de Abrolhos é construído, o CEPENE instala uma base em Caravelas e o Instituto Baleia Jubarte garante o monitoramento das baleias com recursos oriundos da compensação ambiental. Um comerciante local chamou de “corrupção formal” a distribuição de recursos da empresa para as instituições. Muitos dos munícipes duvidam da credibilidade das instituições ambientalistas, são céticos em relação à oposição à carcinicultura porque esta oposição é capitaneada pelas instituições ambientalistas

locais. Estas pessoas temem ser envolvidas como “massa de manobra” para que as instituições captem recursos de compensação. A lógica, segundo estas pessoas é: quanto mais a comunidade se opuser, maior é o valor das compensações ambientais a serem distribuídas para as instituições.

Com a decretação da RESEX, as terras do polígono da Unidade são imediatamente expropriadas em prol de sua gestão que se pretende democrática. No caso do complexo estuarino de Nova Viçosa e Caravelas, as terras onde a maior parte dos sitiantes vivem são terrenos de marinha, isto é, já são de jurisdição e responsabilidade da União. Contudo, utilizando-se do argumento no qual aquelas famílias vivem ali há gerações e portanto, não de direito, mas de fato, são “donas das terras”, os discursos de “empreendedores” e ambientalistas confundem as pessoas. Não é difícil que o discurso alcance uma explosão de espetáculo. É como se os “empreendedores” estivessem ali para proteger aquelas famílias das imposições da legislação, dos mecanismos e dos organismos ambientais de Estado, capazes de expropriar aquela comunidade já impotente e desprovida.

Por outro lado, o Ibama acredita que na verdade a constituição de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentado, é um mecanismo e um instrumento de “proteção” daquelas comunidades. A aceitação do termo “fraco”, uma categoria nativa tão copiosamente auto-referida por e entre os ribeirinhos, conforma uma crença que aquela comunidade, desprovida dos meios políticos, econômicos e culturais para se impor ao conjunto da sociedade, necessita de tutela. De fato as categorias de Unidade de Conservação de Uso Sustentado têm sido praticadas por todo o Brasil tendo como “beneficiários” as comunidades de pescadores artesanais, remanescentes de quilombos, comunidades extrativistas de florestas e indígenas. Em ambos os casos, subjaz uma visão de que pescadores e ribeirinhos necessitam de apoio e proteção, como se não pudessem eles próprios “defender-se”.

Inconclusões

Os agentes de ambos os lados polarizados em torno das questões ambientais em Caravelas começam a se construir na oposição. Arrecadar apoio da comunidade nos seus diferentes segmentos e vincular mais efetivamente aqueles que já se agregavam, tornou-se uma tarefa diária para ambos os grupos. Cada qual escolhia sua estratégia a partir do que o outro “lado” apresentava. Este dinâmica desafio-resposta ainda é a marca da contenda.

Na situação dada, qual seja o conflito finalmente deflagrado, aparece uma configuração especial. Dois grupos surgem de um magma; surge uma com/oposição. Um *crescendo* que se revela a partir dos lances de cada um dos lados, que, ao mesmo tempo que

se opõem em conflito, estabelecem uma composição com outros agentes antes não identificados. Edificam-se nesta com/oposição reconstruindo seu mundo e valores e concepções, significações, numa situação dada (eventual) de contradição. A partir dos lances nesse tabuleiro imaginado, os jogadores, corpos personificados e individualizados em cada um dos pólos na contenda, se agigantam conforme decorre o tempo do jogo. A medição das forças é o método; o alvo é a “verdade”; o intermédio é o convencimento do “povo” que, na maior parte das vezes, apenas assiste. Esse “povo” é alvo e, ao mesmo tempo, campo de batalha. É o *locus* por excelência, não “pelo povo”, nem “para o povo”, nem “com o povo”. O “povo” pode ser dividido em: aqueles cuja RESEX afeta diretamente, aqueles a quem tanto um quanto outro lado percebem como prioritários; o povo que, com alguma iniciativa se incorpora em um lado ou outro, defendendo os argumentos, proporcionando a possibilidade de “representação comunitária” a cada um dos pólos. Também há os que assistem, torcendo por algum lado ou indiferentes e, finalmente, aqueles que acreditam num benefício pessoal futuro, que a sua inserção num ou noutro grupo pode lhes conferir. De toda sorte, o caldo borbulhante do conflito deixa marcas indeléveis das queimaduras que produz.

O conflito ainda não está no fim e alguns agentes tanto de um grupo quanto de outro acreditam que uma saída conjunta pode ser possível. Por motivos óbvios, são os “empreendedores” que crêem com mais veemência que pode haver uma conciliação entre a conservação dos ecossistemas locais e os empreendimentos econômicos¹².

Em Dezembro de 2007, o Presidente da República assina o decreto de criação da RESEX do Cassurubá, mas a Unidade ainda não foi publicada até o momento dessa redação. Há inúmeras especulações em torno das razões por que não fora ainda criada formalmente a RESEX que não cabe aqui arrolar por tratarem-se de especulações. De todo modo, o imbróglio institucional que foi criado a partir da assinatura presidencial e a não-publicação no Diário Oficial da União alimenta ainda mais o conflito.

Por fim, não há uma definição da contenda e não se pode dizer o que o futuro reserva a vitória tanto para um grupo quanto para o outro, todavia o que está no centro da questão é o modelo de desenvolvimento defendido por ambas as partes. Os dois grupos em disputa detêm, cada um, uma “verdade” acerca do que é mais vantajoso para o povo caravelense, principalmente para os ribeirinhos e pescadores. Apesar da incorporação de termos exóticos

¹² Nos últimos meses, um representante dos empreendedores de Canavieiras/BA onde convivem em situação conflituosa uma RESEX, fazendas de camarão e complexos hoteleiros, vem realizando palestras na região do Extremo Sul da Bahia advertindo do perigo da criação de uma RESEX para os negócios locais e propondo outro tipo de Unidade. A Área de Proteção Ambiental, a menos restritiva das modalidades de UCs, seria, segundo este representante, a melhor das opções já que não inviabiliza grandes empreendimentos que trazem divisas e empregos para os locais onde se instalam. A campanha “Natureza Sim, RESEX Não” em Canavieiras vem obtendo alcance que parece não ter paralelo na história de oposição às RESEX e conquista apoio tanto no Extremo Sul da Bahia quanto no litoral de Santa Catarina.

associados à conservação, os potenciais “beneficiários” tanto de um quanto de outro projeto ainda comunicam de forma particular (e não poucas vezes ininteligíveis para os dois grupos) o que eles realmente querem de suas vidas, de seu futuro. Sem contar que também seria impossível uma visão unívoca e homogênea dos ribeirinhos e pescadores.

De fato, parece ser assim que os “ambientalistas” e os “empreendedores” enxergam essa população de modo geral. Os discursos tanto de um como de outro lado parecem pretender que esta população se interponha como sujeito de sua própria história, mas também ambos os lados estão em uma disputa e uma oposição que, não necessariamente, persigam aquele objetivo. Curiosamente os discursos se aproximam em termos relativos e afastam-se na prática daqueles que ferrenhamente querem defender: os pescadores e ribeirinhos.

Bibliografia

- BATISTA, P.I. e TUPINAMBÁ, S.V (2004) *A carcinicultura no Brasil: O agronegócio do camarão. Cadernos sobre Comércio e Meio Ambiente no.3 – Frango com Camarão: receitas do agronegócio para um Brasil insustentável. Rio de Janeiro: FASE, pp 63-82, 2 e na América Latina: o agronegócio do camarão.*
- CASTORIADIS, C. (2000) “Imaginário Social e a Instituição” **In:** *A instituição Imaginária da Sociedade.* São Paulo, Paz e Terra pp.201-257
- CI-Brasil. (2006) Metodologia para a mobilização comunitária e identificação de lideranças para a constituição da reserva de desenvolvimento sustentável do Cassurubá
- DIEGUES, A.C. E NOGARA. P.(1999) “O nosso lugar virou parque”. São Paulo, Nupaub-USP
- MARCACCI, F. A. (2006) “Instituições Ambientalistas: um olhar nativo”. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do NUPPE, Faculdade Sul da Bahia. 65 pp. *Mimeo*
- MELLO, C. C. (2006) “Reflexões sobre a Experiência de Luta em torno do Licenciamento de um Grande Projeto de Carcinicultura em Caravelas, Bahia. III Encontro da ANPPAS, 23 a 26 de maio de 2006, Brasília-DF. *mimeo*. 28 pp.
- _____ (2007) “Mapeamento dos Conflitos Sócio-Ambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia”, FASE, Nº 1—novembro/dezembro, pp 1- 8.
- MEIRELLES, J. *Carcinicultura: desastre sócio-ambiental no ecossistema manguezal do nordeste brasileiro.* s/d, *mimeo*.
- MOURA R. et al. (2005) *Parecer Independente e questionamentos sobre o EIA_RIMA do projeto de Carcinicultura da Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (COOPEX), Caravelas, . mimeo.*

- NICOLAU, O. (2006). *Ambientalismo e Carcinicultura: disputas de “verdades” e conflito social no Extremo Sul da Bahia*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro.
- NICOLAU, R. (2005). *Manguezal de Caravelas e Nova Viçosa/BA: discussão acerca da proposta de criação de Unidade de Conservação Federal*. Monografia apresentada ao Depto. de Ciências Florestais da Universidade Federal de Lavras do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Florestais. Lavras, MG.
- PLAMA – Planejamento e Meio Ambiente Ltda. 2005. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do Projeto de Carcinicultura da Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (COOPEX). Volumes I a V.
- RANAURO, M. (2004) “Levantamento socioeconômico e cultural da área proposta para a criação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável do Cassurubá e de seu entorno. IBAMA/CI-Brasil. *Mimeo*.